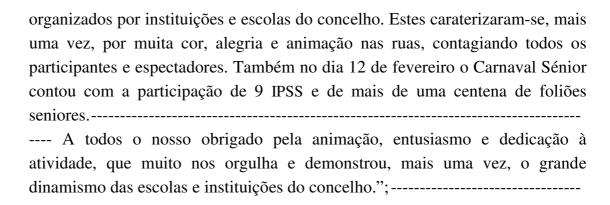


ATA N.º 5 (REUNIÃO PRIVADA)

Aos dezasseis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, na Cidade de
Ourém, no edifício sede deste Município e na Sala de Reuniões, à hora designada,
reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, estando presentes, além do
Excelentíssimo Presidente, Senhor LUÍS MIGUEL MARQUES GROSSINHO
COUTINHO ALBUQUERQUE, os Senhores Vereadores: CÍLIA MARIA DE JESUS
SEIXO, NATÁLIO DE OLIVEIRA REIS, JOSÉ AUGUSTO DIAS DOS REIS, MARIA
ISABEL TAVARES CARDOSO JUSTA DE SOUSA COSTA, RUI MANUEL SIMÕES
VITAL e JOÃO MIGUEL CALDEIRA HEITOR, comigo Clarisse Isabel Pereira
Neves, Chefe da Divisão de Atendimento ao Munícipe
ooxxxoo
000
ABERTURA DA REUNIÃO
O SENHOR PRESIDENTE DECLAROU ABERTA A REUNIÃO E
FORAM SEGUIDAMENTE TRATADOS OS ASSUNTOS CONSTANTES DA ORDEM
DO DIA (ANEXO I), ELABORADA NOS TERMOS DO ARTIGO 53.º DA LEI N.º
75/2013, DE 12 DE SETEMBRO
OOXXXOO
000
PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA
Nos termos do artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Senhor
Presidente tomou a palavra, para:

- 2. Apresentar a declaração, que se passa a transcrever: "No dia 9 de fevereiro decorreram em vários locais do concelho os já tradicionais desfiles de Carnaval,



- 3. Informar de que decorreu em Fátima, no passado dia 08 do mês em curso, o 40.º Encontro de Hoteleiros; ------
- ---- A questão prévia da requalificação desta avenida entronca na pretérita definição da ARU, instrumento fundamental para enquadrar o projeto no âmbito de uma candidatura financiada, sob o programa Portugal 2020. E desta definição resultou:------

 - 2. Na reunião de Câmara de 16 de outubro de 2015, um mês depois, voltou novamente a ser discutido este assunto, em virtude da necessidade urgente de se confirmar a delimitação das áreas de reabilitação e de se suprimir aspetos omissos. Recorde-se, que os Sr.s Vereadores da oposição apresentaram uma proposta alternativa, que se consubstanciava numa sub divisão da ARU (Ourém Vila Medieval; Ourém Centro Histórico; Ourém Cidade 1). Votaram favoravelmente, manifestando, que: "Tendo em conta que o prazo de candidatura do PEDU terminou em 30 de setembro, fazemos votos que esta proposta que só agora é apresentada, não comprometa todo este processo". -



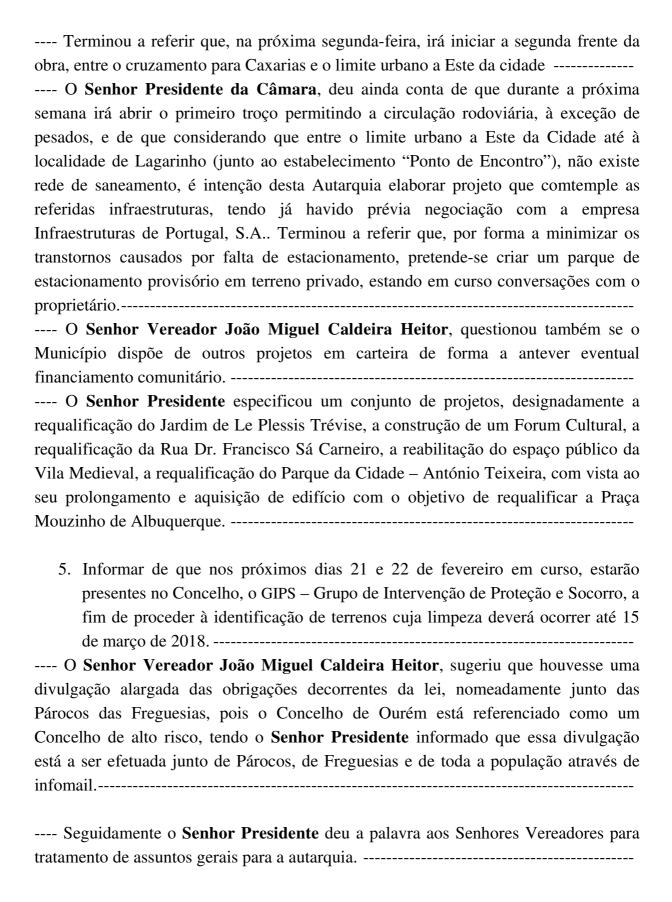
---- Em setembro de 2016, o executivo socialista alterou finalmente o limite da ARU, que terminava na interceção da Av. D. Nuno Álvares Pereira com a Rua 1.º de dezembro (coincidente com a ER 356) e a Rua Tenente Coronel Moreira Lopes e prolongou-a em toda a extensão da intervenção prevista. Tarde demais como adiante veremos! -----

---- A declaração de voto dos Sr.s Vereadores do PS na reunião de 30 de outubro de 2017, onde se afirmava, categoricamente, que "a obra tem um custo total de aproximadamente 2 milhões de euros, em que o Município de Ourém terá de suportar somente 300 mil euros" vem confirmar que ainda não perceberam o erro estratégico cometido no passado e que terá custos significativamente superiores aos bolsos dos Oureenses. Com clareza e objetividade, podemos agora afirmar e informar os Sr.s Vereadores de que o investimento total para a reabilitação da Av. D. Nuno Álvares



Pereira é de 2.282.487,98 €, de acordo com a adjudicação efetuada ao consórcio que está a executar a obra, sendo que o investimento elegível, ou seja, que pode ser financiado pela Mais Centro, é de 1.287.930,39 €, que é comparticipado em 85% (oitenta e cinco por cento), o que representa um esforço financeiro do Município de 1.183.746,98 €, "apenas e somente" três vezes superior ao referenciado pelos Sr.s Vereadores na declaração de voto de 30 de outubro de 2017 e três vezes superior ao que os Oureenses mereciam. ---------- Fica assim demonstrado que a falta de rigor e visão estratégica do anterior executivo socialista, que os Vereadores da Coligação bem avisaram, vai custar a mais aos cofres do Município o valor de cerca de 850 mil euros." --------- Tomou a palavra a Senhora Vereadora Maria Isabel Tavares Cardoso Justa de Sousa Costa, que adicionalmente, informou de que quando a ARU – Área de Reabilitação Urbana da Cidade de Ourém foi ampliada e comunicada, em 21 de setembro de 2017, ao Programa Operacional da Região Centro (Centro 2020), já não era possível alterar a PARU - Plano de Ação de Regeneração Urbana, com vista a incluir toda a extensão do projeto de reabilitação da Avenida D. Nuno Álvares Pereira, ficando excluído do financiamento comunitário, o troço entre o cruzamento para Caxarias e o limite urbano desta Cidade a Este. --------- Perante o exposto, mais informou de que o Centro 2020 reformulou o termo de decisão, estabelecendo como investimento elegível a parte respeitante ao troço entre a Rua dos Álamos e o referido cruzamento, tendo por base o comprimento da via, cuja situação foi refutada pelo Município, solicitando que o investimento elegível fosse apurado mediante o custo efetivo das rubricas para aquele troço e não em percentagem de área. ---------- De seguida o Senhor Vereador João Miguel Caldeira Heitor, tomou a palavra para referir que tinha conhecimento dessa situação, questionando se, antecipando o término da obra é possível obter uma majoração do financiamento. --------- Tomou de novo a palavra a Senhora Vereadora Maria Isabel Tavares Cardoso Justa de Sousa Costa, que esclareceu que efetivamente houve, no passado, uma majoração, por um lado de 10% do total das verbas disponibilizadas caso o Município executasse, até 31 de dezembro de 2016 e posteriormente até 15 de fevereiro de 2017, pelo menos 15% de um dos projetos PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano e por outro lado uma majoração de 7,5% caso o Município apresentasse pedidos de pagamento, até 30 de junho de 2017, cuja despesa validade fosse igual ou superior a 15% do projeto, o que não aconteceu considerando que não tínhamos projetos com este nível de execução. -----

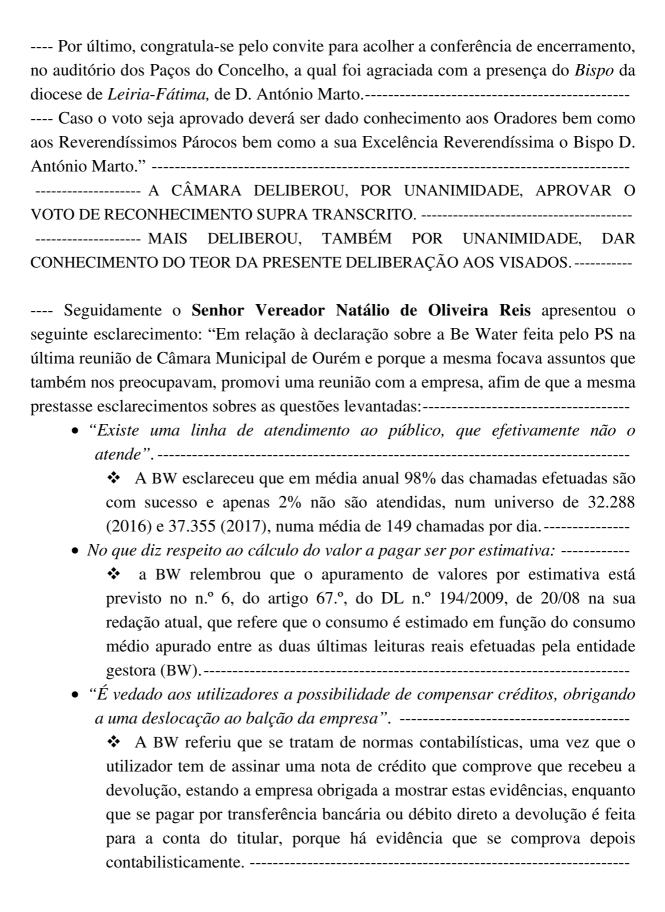






---- Tomou a palavra a Senhora Vereadora Maria Isabel Tavares Cardoso Justa de Sousa Costa, que apresentou o seguinte voto de reconhecimento, também subscrito pelos Senhores Presidente e Vereadores Natálio de Oliveira Reis e Rui Manuel Simões Vital: "No âmbito do Centenário da Restauração da Diocese de Leiria-Fátima, por publicação da Bula Papal "Quo Vehementius", as paróquias de Nossa Senhora da Piedade e de Nossa Senhora das Misericórdias, de Ourém, promoveram o ciclo de conferências em Ourém, intituladas "Por entre "luzes e sombras".--------- O programa assentou em quatro painéis de conferências, realizados ao longo de quatro domingos, em espaços com simbolismo na sua relação com os temas abordados. --------- O primeiro painel decorreu dia 14 de janeiro, no salão paroquial de Nossa Senhora da Piedade, com dois temas: "Os vestígios da presença cristã no tempo dos romanos e visigodos", por João Bernardes, e "A vivência da fé cristã sob ocupação árabe", por Ana Saraiva. ---------- O segundo painel teve lugar no dia 28 de janeiro, na cripta da Colegiada de Nossa Senhora das Misericórdias, com os temas "A reconquista e a organização pastoral", por Saúl António Gomes, e "A criação da diocese de Leiria e a posterior integração de Ourém", pelo padre Luciano Cristino. --------- O terceiro painel aconteceu no dia 4 de fevereiro, também na cripta da Colegiada, com os temas "Grandes desafios dos séculos XVIII e XIX", por António Baptista, e "A vida cristã no século XX", pelo padre João Trindade. --------- O ciclo de conferências encerrou no dia 11 de fevereiro, no antigo edifício da Câmara Municipal de Ourém, com a apresentação dos temas "Grandes mudanças no início do século XX", pelo padre David Sampaio Barbosa, e "O acontecimento de Fátima e Ourém: os Pastorinhos e o Administrador", pelo padre Luciano Paulo Guerra e por José Manuel Poças das Neves. --------- O Executivo do Município de Ourém presta reconhecimento às duas paróquias organizadoras, nas pessoas do Rev. P. Armindo Janeiro e do Rev. P. Pedro Ferreira, pelo contributo prestado aos oureenses na divulgação da história da vivência da fé no seu território. O agradecimento é extensivo aos oradores pela credibilidade científica que souberam imprimir nas comunicações, aos colaboradores na organização do programa e, a todos os que participaram na audiência e no debate das intervenções, contribuindo para um conhecimento mais aprofundado e esclarecido sobre a história e a identidade cultural de Ourém.-----



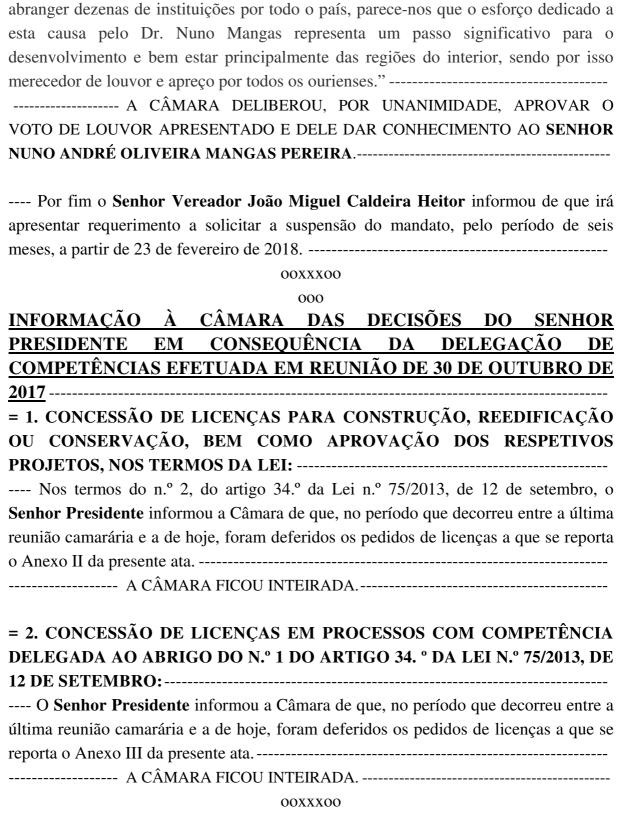




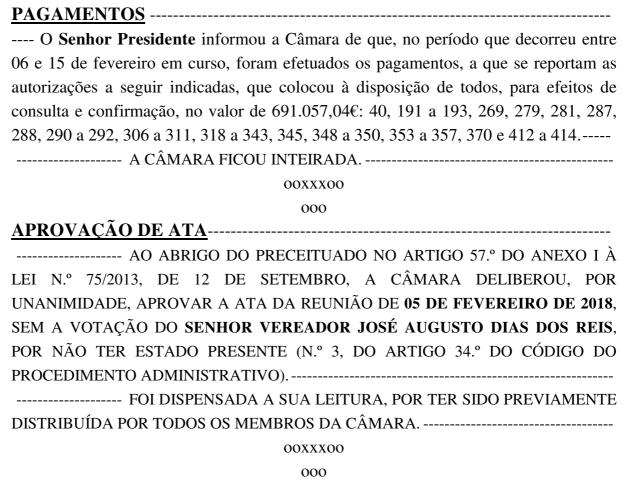
- "Os cortes de água são publicitados na página da Internet, contudo nem todos consultam a página, pelo que seria importante avisar por carta ou email as juntas de freguesia, associações, paróquias, postos médicos, e outras entidades/empresas."-------

---- Tomou a palavra a Senhora Vereadora Cília Maria de Jesus Seixo, para apresentar o voto de louvor a seguir transcrito, também subscrito pelos Senhores Vereadores José Augusto Dias dos Reis e João Miguel Caldeira Heitor: "Gostaríamos de deixar aqui expressas as mais sinceras felicitações ao nosso conterrâneo Nuno Mangas, presidente do Instituto Politécnico de Leiria e do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos, pelo sucesso obtido numa causa importante para o desenvolvimento, não apenas da educação e formação ao longo da vida em Portugal, mas de todo o tecido empresarial e económico da região. Falamos da aprovação ontem, em Conselho de Ministros, da alteração do regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior, e de um conjunto de medidas que irão permitir que os institutos politécnicos possam dar cursos de doutoramento, cursos e mestrados profissionalizantes de curta duração, com uma forte componente prática, que permitirão não só a promoção das carreiras académicas e científicas, mas também, como o próprio afirma, cativar e motivar para o ensino superior um o público dele afastado há alguns anos, permitindo-lhes atualizar conhecimentos em ligação com a sua atividade profissional. Cientes da valorização crescente do conhecimento e da informação, bem como da necessidade de atualização constante para fazer face à inovação e desenvolvimento tecnológico, e tendo em conta que estas medidas irão





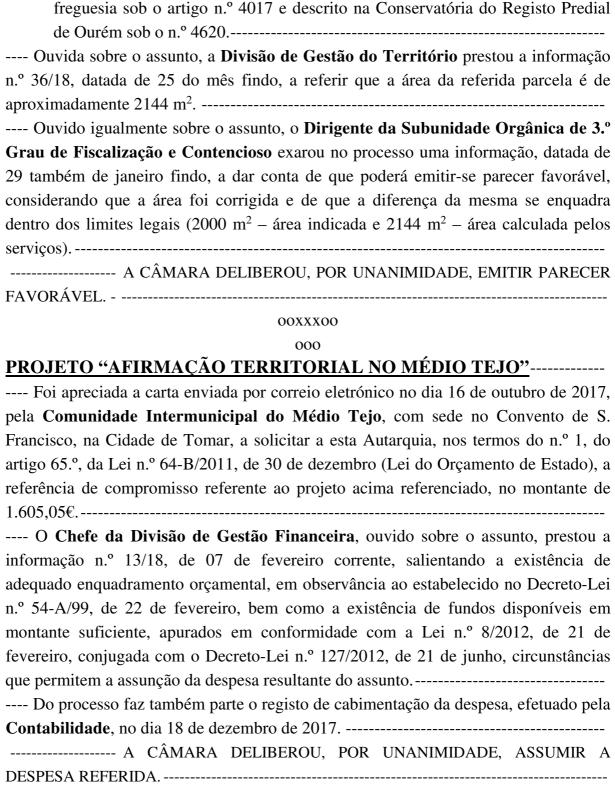




AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE COMPARTES OU CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE (LEI N.º 91/95, DE 2 DE SETEMBRO)------

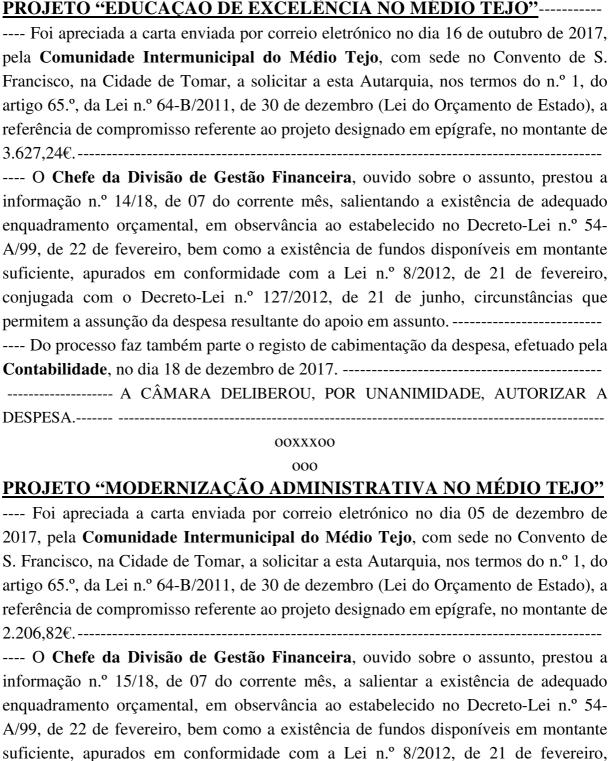
• Prédio rústico composto por terra de pousio com uma oliveira, sito em Cova, da Freguesia de Seiça, do Concelho de Ourém, com a área de 2000 m², a confrontar a norte com Albertino Simões da Silva, Joaquim Pereira Bento e outros, a sul com António Ribeiro Turibto e caminho, a nascente com herdeiros de João Calhau e a poente com estrada, inscrito na matriz predial rústica da dita





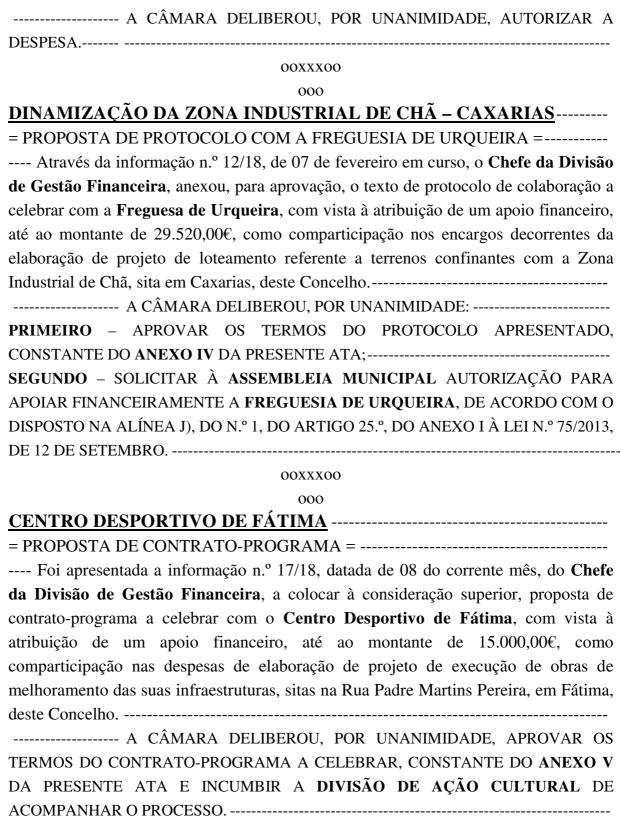


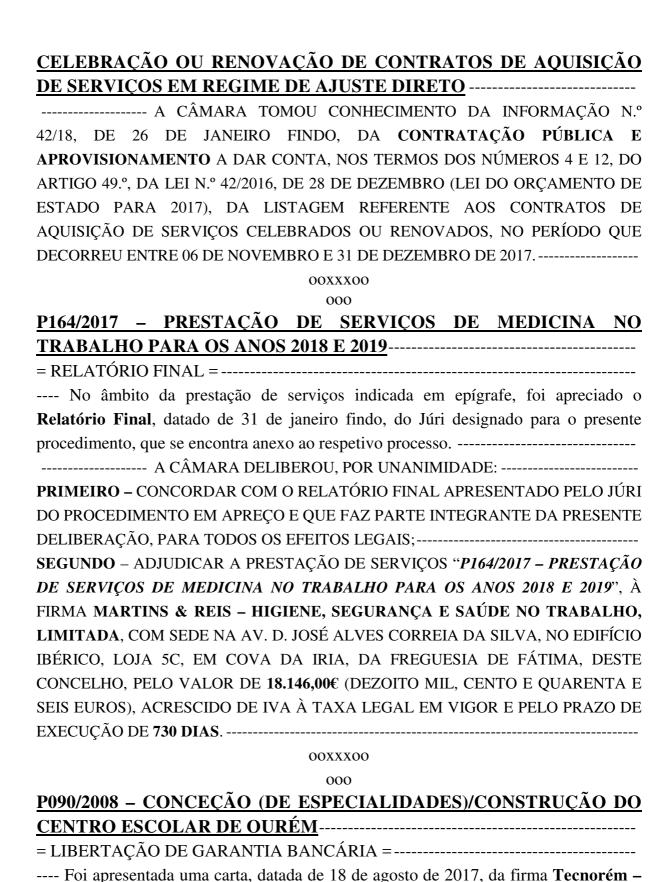
PROJETO "EDUCAÇÃO DE EXCELÊNCIA NO MÉDIO TEJO"-----



conjugada com o Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, circunstâncias que permitem a assunção da despesa resultante do projeto em assunto. ---------- Do processo faz também parte o registo de cabimentação da despesa, efetuado pela **Contabilidade**, no dia 18 de dezembro de 2017. ------

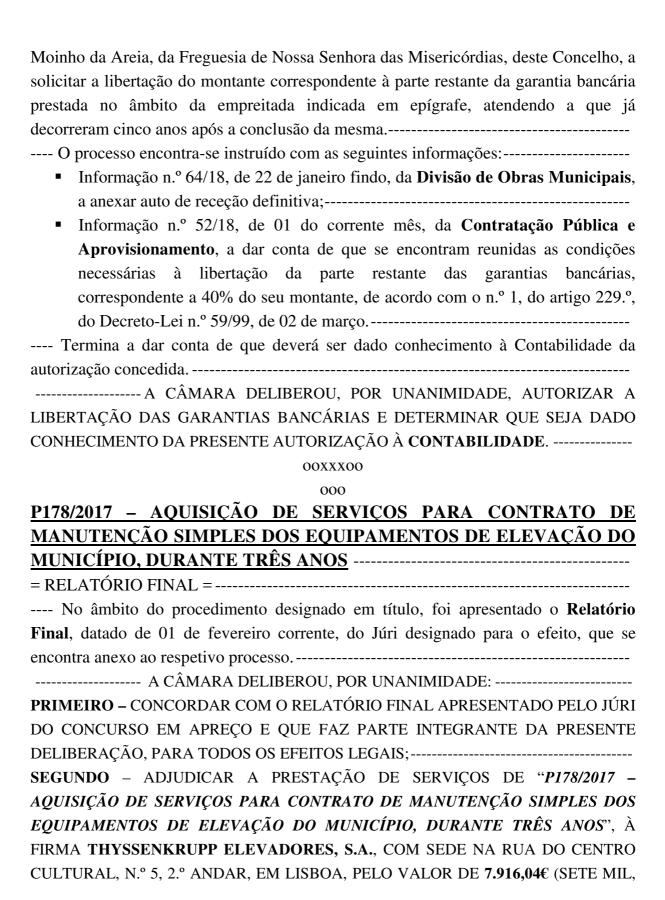




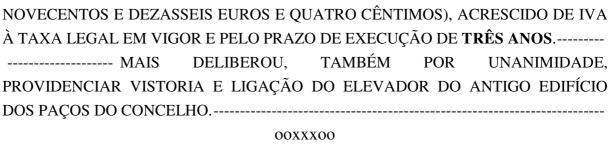


Engenharia e Construções, S.A., com sede na Rua Nosso Senhor dos Aflitos, em









000 P018/2018 – FORNECIMENTO E MONTAGEM DE PNEUMÁTICOS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES EM REGIME DE FORNECIMENTO CONTÍNUO, POR UM PERÍODO DE 18 MESES --------- Foi apresentada a informação n.º 57/18, de 05 do corrente mês, da Contratação Pública e Aprovisionamento, a anexar o Convite e o Caderno de Encargos para efeitos do designado em epígrafe, com custos estimados em 47.100,00€, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor e a propor a escolha do procedimento de consulta prévia, de conformidade com o disposto na alínea c), do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos. --------- Ouvido sobre o assunto, o Chefe da Divisão de Gestão Financeira, exarou no processo uma informação, datada de 07 também de fevereiro em curso, a dar conta de que concorda com o procedimento e com as peças propostas, salientando que a despesa dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. ------------ A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE: ------PRIMEIRO – AUTORIZAR A DESPESA E SUA CONTRATAÇÃO E ESCOLHER O PROCEDIMENTO DE CONSULTA PRÉVIA, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), N.º 1, DO ARTIGO 20.º, DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS (CCP);-----SEGUNDO – APROVAR O CONVITE E O CADERNO DE ENCARGOS APRESENTADOS, DE CONFORMIDADE COM O ARTIGO 40.º DO REFERIDO DIPLOMA;-----TERCEIRO – SOLICITAR À(S) ENTIDADE(S) A CONVIDAR, QUE APRESENTE(M) PROPOSTA(S), NOS TERMOS DOS ARTIGOS 113.º E 114.º DO CCP;------QUARTO - NOMEAR, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 1, DO ARTIGO 67.º, TAMBÉM DO CCP, COMO MEMBROS EFETIVOS DO JÚRI O CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA, FERNANDO LUÍS GASPAR DA SILVA PEREIRA MARQUES (QUE PRESIDIRÁ), OS TÉCNICOS SUPERIORES BRUNO MARTINHO FREIRE RIBEIRO (SECRETÁRIO) E PAULO SÉRGIO DIAS DE OLIVEIRA E

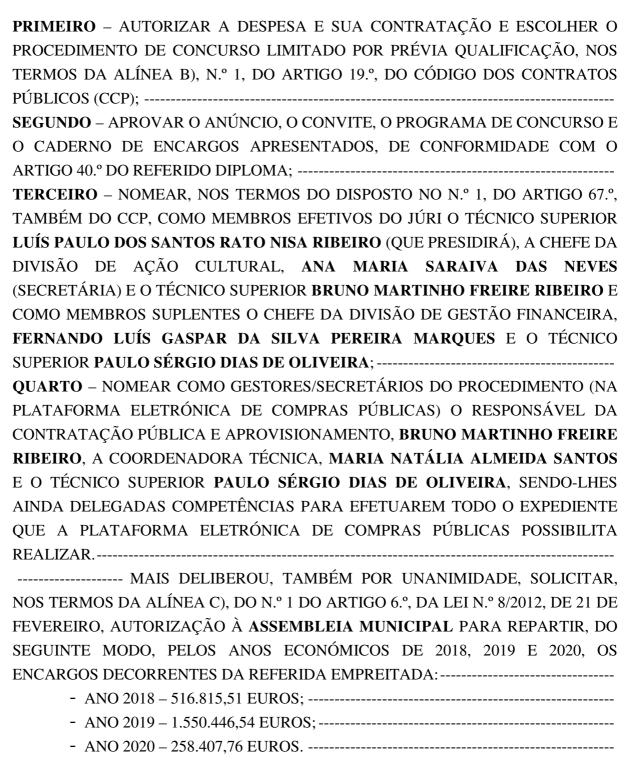


ooxxxoo

000

P008/2018 – REABILITAÇÃO DO CINE-TEATRO MUNICIPAL DE OURÉM -----

---- Foram apresentados o Anúncio, o Convite, o Programa de Concurso e o Caderno de Encargos para a empreitada indicada em epígrafe, com o preço base de 2.194.028,12€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor e pelo prazo de execução de 540 dias, acompanhados da informação n.º 70/18, de 12 de janeiro findo, da Contratação Pública e Aprovisionamento, a propor a escolha do procedimento de concurso limitado por prévia qualificação, de conformidade com o disposto na alínea b), do n.º 1 do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos.--------- Ouvido sobre o assunto, o Chefe da Divisão de Gestão Financeira, exarou no processo uma informação, datada de 12 de fevereiro em curso, que se passa a transcrever: "Concordo com o procedimento e as peças propostas, salientando a existência de adequado enquadramento orçamental nos termos do DL 54-A/99 e de fundos disponíveis em montante suficiente apurados em observância à LCPA. --------- O programa de concurso estabelece como início de obra mínimo, o dia 1 de setembro de 2018, pelo que se estabelece a seguinte repartição de encargos: 516.815,51€ em 2018; 1.550.446,54€ em 2019; 258.407,76€ em 2020. Importa ainda referir que se inseriu cláusula que define que não haverá lugar a contrato na circunstância de não se verificar a aprovação de financiamento externo, a que o Município de Ourém se candidatou (financiamento comunitário). --------- À Consideração Superior (competência do órgão deliberativo)."----------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE: -----

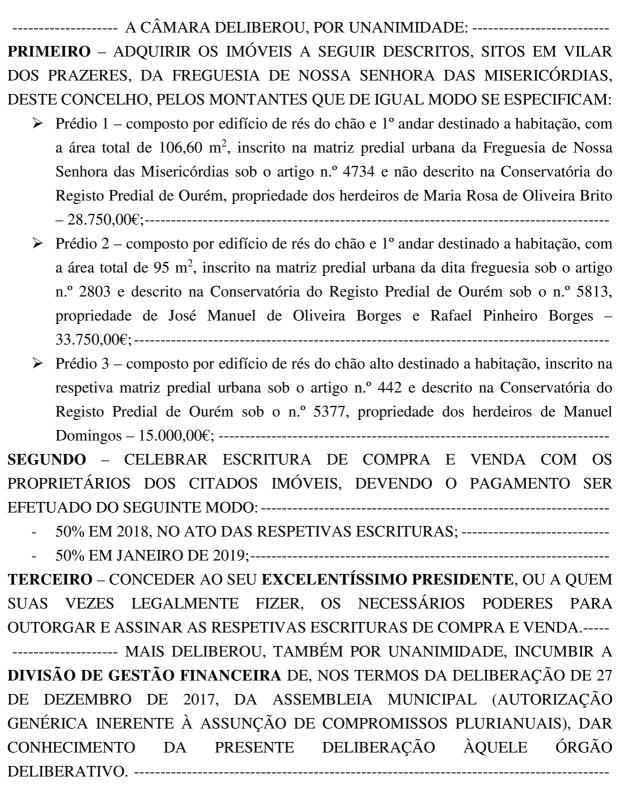




ALARGAMENTO DO LARGO DESEMBARGADOR JOAQUIM ANTÓNIO DOS REIS – VILAR DOS PRAZERES – NOSSA SENHORA DAS MISERICÓRDIAS --------- Na reunião de 20 de novembro de 2017, a Câmara deliberou convocar, para reunião a realizar no Gabinete da Presidência, representante dos proprietários dos imóveis necessários às obras de alargamento do largo supra identificado. ---------- Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo acompanhado com os documentos que se passam a especificar: ------Relatório de reunião com a **Imobiliária Lar de Sonho**, que se passa a transcrever: "Em cumprimento da deliberação de Câmara de 20/11/2017 reuni em 05/12/2017 com os representantes da Imobiliária Lar de Sonho referente ao assunto designado em epígrafe.--------- Reuni de novo, em 18/12/2017, com os representantes da Imobiliária e os munícipes José Manuel Oliveira Borges e seu irmão, Alexandre Oliveira Borges, em representação do seu filho Rafael Pinheiro Borges. O Sr José Manuel Oliveira Borges é proprietário de ½ do prédio 2 e o seu sobrinho Rafael Pinheiro Borges proprietário da outra metade do mesmo prédio. A proposta final apresentada para este prédio foi de 33.750,00€ (trinta e três mil setecentos e cinquenta euros). ---------- Quanto ao prédio nº 1, reuni em 05-01-2018, com os representantes da herança por óbito de Maria Rosa de Oliveira Brito, e a proposta final apresentada pelos mesmos foi de 28.750,00 (vinte e oito mil e setecentos e cinquenta euros). --------- Por fim, a proposta final apresentada pela Imobiliária para aquisição do prédio 3 foi de 15.000,00€ (quinze mil euros).--------- Assim, em resumo: -----Prédio 1 – 28.750,00€ ------Prédio 2 – 33.750,00€ ------Prédio 3 – <u>15.0</u>00,00€ --------- Totalizando o valor de 77.500,00€ (setenta e sete mil e quinhentos euros). --------- À Reunião de câmara para decisão."; -----Informação n.º 11/18, de 02 do corrente mês, do Chefe da Divisão de Gestão Financeira, a salientar a existência de adequado enquadramento orçamental, em observância ao estabelecido no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em conformidade com a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugada com o Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, circunstâncias que permitem a assunção da despesa

resultante da referida aquisição. -----





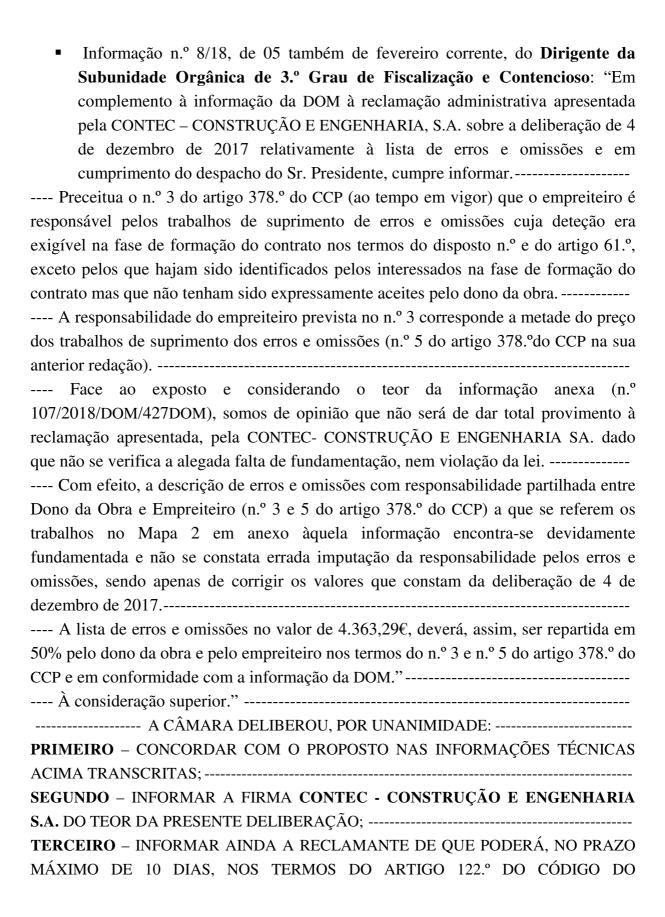


<u>P028/2016 – REABILITAÇÃO DO CAMINHO MUNICIPAL MATAS –</u>
<u>ESPITE – 2.ª FASE</u>
= REGULARIZAÇÃO DE TRABALHOS DE SUPRIMENTO DE ERROS E
OMISSÕES =
Na reunião de 04 de dezembro de 2017, em deliberação com título idêntico à
presente, a Câmara deliberou concordar com o então proposto na informação n.º
545/17, de 19 de setembro de 2017, Divisão de Obras Municipais
No seguimento de reclamação apresentada pela firma Contec - Construção e
Engenharia, S.A., adjudicatária da empreitada indicada em epígrafe, nesta reunião foi
apresentado, de novo, todo o processo, instruído com as informações que se passam a
especificar e a transcrever:
■ Informação n.º 107/18, de 02 de fevereiro em curso, da Divisão de Obras
Municipais: "Introdução
Serve a presente comunicação para informar acerca da apresentação de uma
reclamação do empreiteiro relativa à lista de erros e omissões referente à empreitada
mencionada em assunto
Análise
Erros e omissões com responsabilidade do Dono de Obra (n.º 1 e n. º3 do art.º
378.º do Código dos Contratos Públicos, CCP)
Verifica-se que as quantidades de alguns trabalhos patenteadas no mapa de
trabalhos inicial não são suficientes para realizar a empreitada
Atendendo a que as quantidades patenteadas a concurso foram reclamadas, na fase
de formação de contrato conforme se pode ver em anexo, como estando incorretas em
sede de erros e omissões e que não obtiveram acolhimento por parte do dono de obra
e, constatando-se ainda, que em obra as quantidades previstas ficaram aquém das
quantidades necessárias para realizar o trabalho, verifica-se que o dono de obra é
responsável pelo custo desses trabalhos nos termos do n.º 1 e do n. º3 do art.º 378.º do
Código dos Contratos Públicos, CCP
Os preços unitários dos trabalhos em causa são os mesmos da proposta inicial, ver
mapa 1
O valor dos referidos trabalhos, efetuada a correção, é de 3.463,72€
Erros e omissões com responsabilidade partilhada entre Dono de Obra e
Empreiteiro (n.º 3 e n. º5 do art.º 378.º do CCP)
Apesar de o empreiteiro apresentar, em fase de execução de obra, a lista de erros e
omissões, verifica-se que alguns desses trabalhos eram detetáveis na fase de formação
do contrato, conforme estipula o n.º 3 e n. º5 do art.º 378.º do CCP



---- Analisando cada um desses trabalhos, mencionados no mapa 2, em anexo, a situação é a seguinte: --------- Art. 2.3.3 – Foi reclamada em sede de erros e omissões de concurso uma quantidade a mais de 1 un neste artigo, não aceite pelo dono de obra nessa fase. A quantidade a mais deste artigo foi de 7 un o dono de obra deve assumir o pagamento de 1 un a 100% e o restante deve ser assumido a 50%. A reclamação do empreiteiro mencionando que não dispunha de elementos para proceder à medição não foi considerada válida uma vez que outros empreiteiros conseguiram proceder a essa medicão.--------- Art. 2.5 – Foi reclamada em sede de erros e omissões de concurso uma quantidade a mais de 6m³ neste artigo, foi aceite pelo dono de obra nessa fase a quantidade de 3m³. A quantidade a mais em obra deste artigo foi de 10,5m³. O dono de obra assume o pagamento da quantidade reclamada a 100% e o restante deve ser assumido a 50%. A reclamação do empreiteiro mencionado que não dispunha de elementos para proceder à medição não foi considerada válida uma vez que outros empreiteiros conseguiram proceder a essa medição. --------- Art. 2.6 – Foi reclamada em sede de erros e omissões de concurso uma quantidade a mais de 2,4m² neste artigo, não aceite pelo dono de obra nessa fase. A quantidade a mais deste artigo em obra foi de 5,23m². dono de obra assume o pagamento da quantidade reclamada a 100% e o restante deve ser assumido a 50%. A reclamação do empreiteiro mencionado que não dispunha de elementos para proceder à medição não foi considerada válida uma vez que outros empreiteiros conseguiram proceder a essa medição. Foi mencionado pelo dono de obra o desenho onde se encontrava o pormenor em sede de erros e omissões.--------- Art. 3.1 – Foi reclamada em sede de erros e omissões de concurso uma quantidade a mais de 125,68m² neste artigo, não aceite pelo dono de obra nessa fase. A quantidade a mais deste artigo em obra foi de 400,80m². O dono de obra assume o pagamento da quantidade reclamada a 100% e o restante deve ser assumido a 50%. O empreiteiro executante da obra não reclamou este artigo. --------- Art. 3.2 – Foi reclamada em sede de erros e omissões de concurso uma quantidade a mais de 251,36m² neste artigo, não aceite pelo dono de obra nessa fase. A quantidade a mais deste artigo em obra foi de 801,60m³. O dono de obra assume o pagamento da quantidade reclamada a 100% e o restante deve ser assumido a 50%. O empreiteiro executante da obra não reclamou este artigo. --------- Art. 4.2.2 – Foi reclamada em sede de erros e omissões de concurso uma quantidade a mais de 703m² neste artigo, não aceite pelo dono de obra nessa fase. A quantidade a mais deste artigo em obra foi de 318m². O dono de obra tinha assumido o pagamento de 50%. Na realidade a quantidade a assumir deve ser de 100%. O empreiteiro executante da obra reclamou este artigo. ---------- Art. 6.4 – Foi reclamada em sede de erros e omissões de concurso uma quantidade a mais de 200,00m neste artigo, não aceite pelo dono de obra nessa fase. A quantidade a mais deste artigo em obra foi de 1235m. O dono de obra assumiu o pagamento da quantidade reclamada a 100%, relativamente ao restante deve ser assumido a 50%. A reclamação do empreiteiro foi respondida em sede de erros e omissões. --------- Art. 6.4 – Foi reclamada em sede de erros e omissões de concurso uma quantidade a mais de 200,00m neste artigo, não aceite pelo dono de obra nessa fase. A quantidade a mais deste artigo em obra foi de 230m. O dono de obra assumiu o pagamento da quantidade reclamada a 100% relativamente ao restante deve ser assumido a 50%. A reclamação do empreiteiro foi respondida em sede de erros e omissões. --------- Os preços unitários dos trabalhos em causa são os preços da proposta inicial, ver mapa 2. --------- O valor de erros e omissões que consta da lista anexa corrigida é de 4.363,29€. Sendo que, nos termos dos nºs 3 e 5 do art.º 378º do CPP, o empreiteiro é responsável por 50% daquele valor. Ou seja, o valor a pagar ao empreiteiro é de 2.181,65€.--------- De acordo com a a) n. °1 do art.° 372° do referido diploma o prazo para a execução dos trabalhos é de 8 dias, período de prorrogação de prazo a que o empreiteiro tem direito e que deve ser aprovado. --------- O valor total dos erros e omissões a pagar ao empreiteiro é de 5.645,37€, ou seja, 3% do valor dos trabalhos faturados, 175.442,94€. --------- Conclusão ---------- Em face do exposto sugere-se efetuar os seguintes procedimentos: -----Aprovar a lista de erros e omissões no valor de 3.463,72€, nos termos do termos dos nºs 1 e do n.º3 do art.º 378º do CCP, cuja responsabilidade é 100% do dono de obra;-----Aprovar a lista de erros e omissões no valor de 4.363,29€, nos termos do n.º 3 e n.º5 do art.º 378.º do CCP, cuja responsabilidade é 50% do dono de obra e 50% do empreiteiro; ------3. Proceder à contratualização de trabalhos de erros e omissões no valor de 7.827.01€, nos termos do CCP, e proceder ao pagamento de trabalhos no valor de 5.645,37€, após cabimentação da despesa;--------- À consideração superior.";-----







PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, PRONUNCIAR-SE, POR ESCRITO, SOBRE A EVENTUALIDADE DE TAL DECISÃO.-----

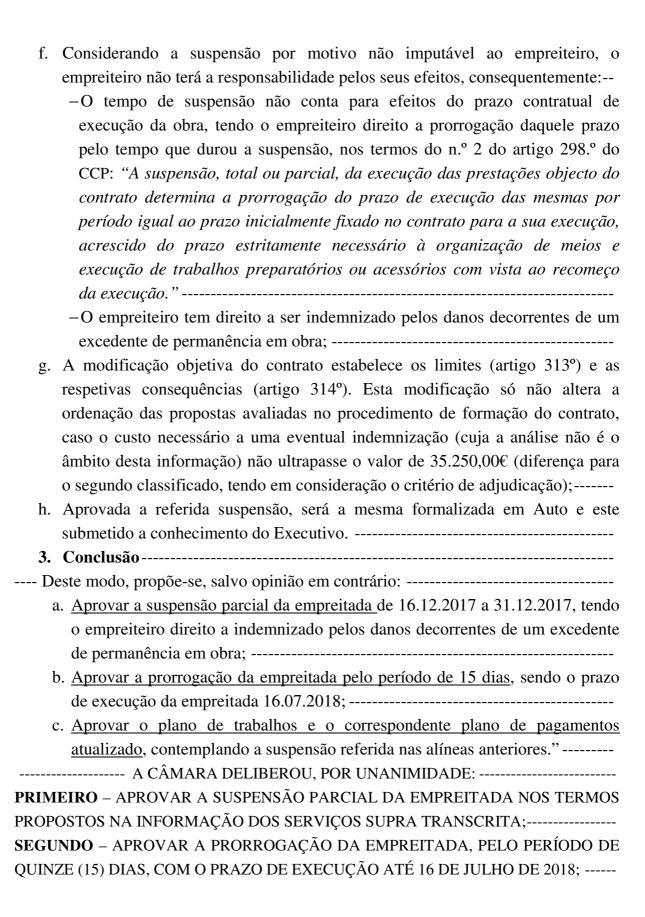
ooxxxoo

000

<u>P070/2016 – REQUALIFICAÇÃO URBANA DA AVENIDA D. NUNO ÁLVARES PEREIRA – NOSSA SENHORA DA PIEDADE – OURÉM</u> -----

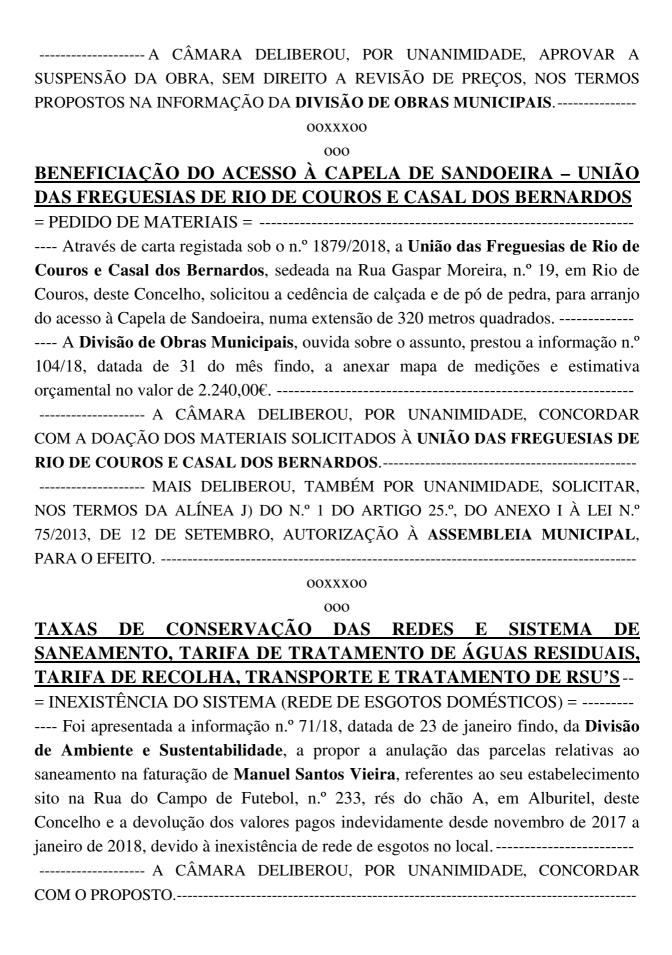
- 2. Análise-----
- ---- Da análise realizada, verifica-se que: ----
 - a. Em 02.11.2017 foi elaborada a informação n.º 646/2017/DOM/1060 (SGD n.º 33845/2017) sobre o Plano de Trabalhos e Cronograma Financeiro ajustado ao plano final da consignação; ------
 - b. Em 04.12.2017 foi elaborada a informação n.º 775/2017/DOM/1060 (SGD n.º 37374/2017) sobre o Plano de Trabalhos modificado e respetivo cronograma financeiro, que absorve o atraso verificado no primeiro mês de trabalho, nomeadamente nas atividades de demolições, movimento de terras, rede de abastecimento de água, redes de esgotos domésticos e pluviais; -------
 - c. Em 11.12.2017 foi elaborada a informação n.º 792/2017/DOM/1060 (SGD n.º 38121/2017) sobre o Plano de Trabalhos e Cronograma Financeiro considerando uma suspensão parcial por um período de 45 dias, desde 01.12.2017 a 15.01.2018, a qual teve de ser reapreciada na sequência de reunião interna; -----
 - d. Nos termos do artigo 297.º do CCP, "A execução das prestações que constituem o objecto do contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa com os seguintes fundamentos: a) A impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora do contraente público na entrega ou na disponibilização de meios ou bens necessários à respectiva execução";--





TERCEIRO - APROVAR O PLANO DE TRABALHOS E O CORRESPONDENTE PLANO DE PAGAMENTOS ATUALIZADO, CONTEMPLANDO A SUSPENSÃO REFERIDA. ----OOXXXOO 000 SUSPENSÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DE OBRA -----= 1. P048/2017 – REABILITAÇÃO DA REDE VIÁRIA DO CONCELHO DE OURÉM – ZONA NORTE = ---------- No âmbito da empreitada mencionada em subtítulo, foi apresentada a informação n.º 800/17, de 13 de dezembro de 2017, da **Divisão de Obras Municipais**, a concluir conforme se passa a transcrever: "(...) CONCLUSÃO --------- Em face do exposto sugere-se que seja aprovada a suspensão de prazo pelo período compreendido entre 15 de dezembro de 2017 e 15 de fevereiro de 2018, sem direito a revisão de preços, ao abrigo da alínea a) do artigo 365º do Código dos Contratos Públicos. caso os motivos que levam à suspensão, sejam resolvidos antes da data limite do período de suspensão proposto, a empreitada poderá reiniciar antes da data do término da referida suspensão (...)." ------------ A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A SUSPENSÃO DA OBRA NOS TERMOS PROPOSTOS NA INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS. -----= 2. P103/2017 – REABILITAÇÃO DA REDE VIÁRIA DO CONCELHO DE OURÉM – ZONA SUL = --------- Foi apresentada a informação n.º 83/18, de 25 de janeiro findo, da Divisão de Obras Municipais, a deixar à consideração superior o seguinte: "(...) solicita-se nova suspensão para a empreitada, dado que ainda não estão reunidas as condições para se realizarem os trabalhos, devido à impossibilidade temporária na disponibilização de meios à respetiva execução. --------- em face do exposto sugere-se que seja aprovada nova suspensão de prazo pelo periodo compreendido entre 29 de janeiro e 29 de março de 2018, sem direito a revisão de preços, ao abrigo da alinea a) do artigo 297º do Código dos Contratos Publicos, caso os motivos que levam à suspensão sejam resolvidos antes da data limite do periodo de suspensão proposto, a empreitada poderá reiniciar antes da data do término da referida suspensão. --------- À consideração superior." -----



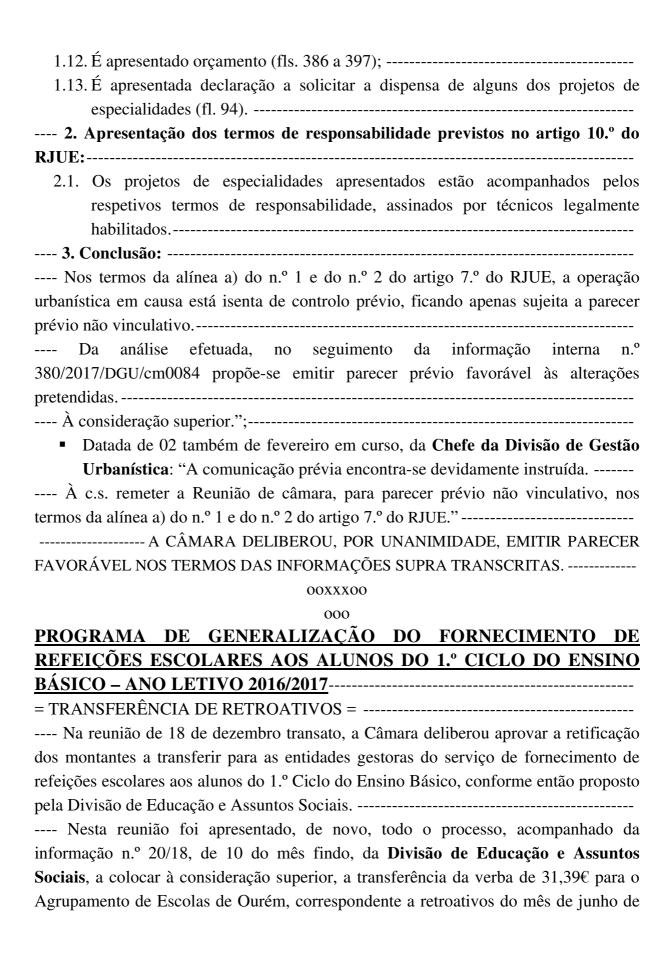




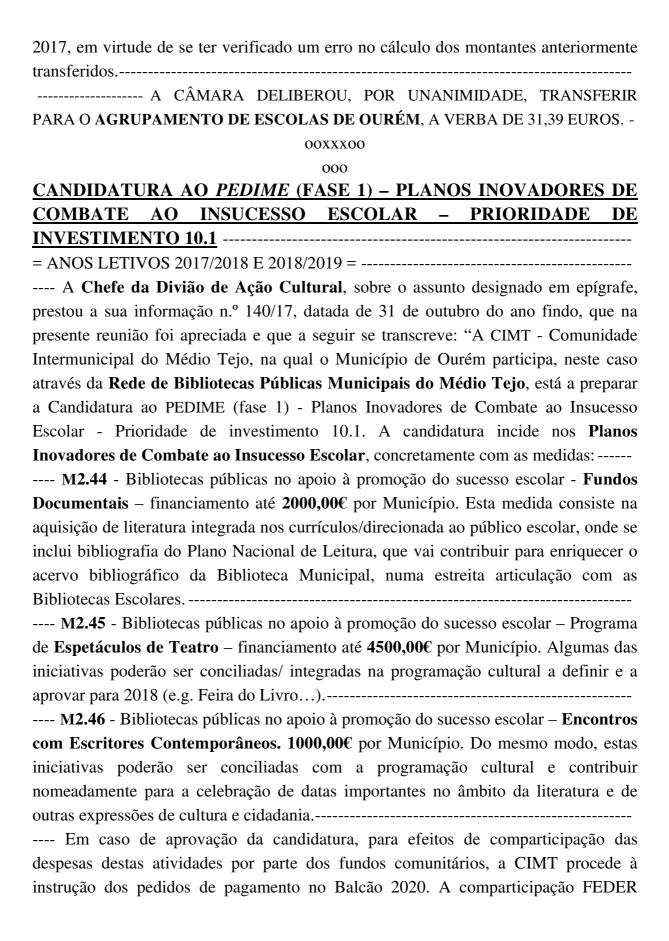
ooxxxoo

000

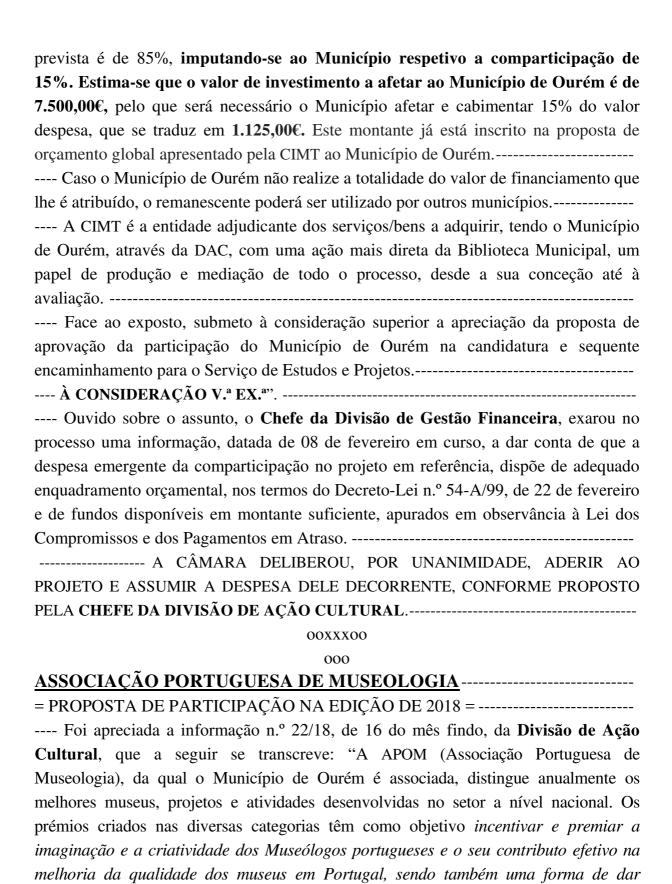
LOTEAMENTO URBANO
= PARECER PRÉVIO NÃO VINCULATIVO =
Foi apresentado o processo registado sob o n.º 292/2017, da FREGUESIA DE
FÁTIMA, sedeada na Avenida Irmã Lúcia de Jesus, n.º 181, em Fátima, deste
Concelho, a solicitar a alteração de cinco lotes do loteamento a que se refere o alvará
n.º 4/1985, de que é titular, sito no Bairro Nossa Senhora da Conceição, em Lomba de
Égua, da Freguesia de Fátima, deste Concelho
O processo encontra-se instruído com as informações, que a seguir se especificam
e se transcrevem:
■ Número 30/2018/DGU/cm1050, de 01 de fevereiro em curso, da Divisão de
Gestão Urbanística: "O pedido é relativo a alterações à licença da operação de
loteamento com obras de urbanização (alvará de loteamento n.º 4/1985),
localizado no Casal Ramalho, lugar de Lombo d'Égua, freguesia de Fátima
A operação urbanística é promovida por uma autarquia local, pelo que está
abrangida pela alínea a) do n.º 1 do artigo 7.º do RJUE, estando isenta de controlo
prévio e sujeita a parecer prévio não vinculativo da Câmara Municipal
Em 10/11/2017, foi analisado o projeto de arquitetura que obteve parecer favorável
na informação interna n.º 30/2017/DGU/cm0084
1. Apresentação dos projetos de especialidades previstos no ${\bf n.^o}$ 16 do anexo I
da Portaria n.º 113/2015 de 22/04:
1.1. É apresentado projeto de estabilidade dos muros de suporte (fls. 100 a 107);
1.2. É apresentado projeto de rede viária (fls. 108 a 124);
1.3. É apresentado projeto de infraestruturas elétricas (fls. 125 a 151);
1.4. É apresentado projeto de gás aprovado por entidade inspetora (fls. 152 a 184); -
1.5. É apresentado projeto de rede predial de águas (fls. 188 a 208), com o parecer
favorável da empresa Be Water, S.A., mediante o cumprimento de algumas
condições (fls. 185 a 187);
1.6. É apresentado projeto de rede de drenagem de águas residuais (fls. 210 a 233);-
1.7. É apresentado projeto de águas pluviais (fls. 234 a 251);
1.8. É apresentado projeto de arranjos exteriores e integração paisagística (fls. 252 a
260);
1.9. É apresentado projeto de ITUR (fls. 261 a 278);
1.10. É apresentado caderno de encargos (fls. 279 a 374);
1.11. É apresentado mapa de medições (fls. 375 a 385):



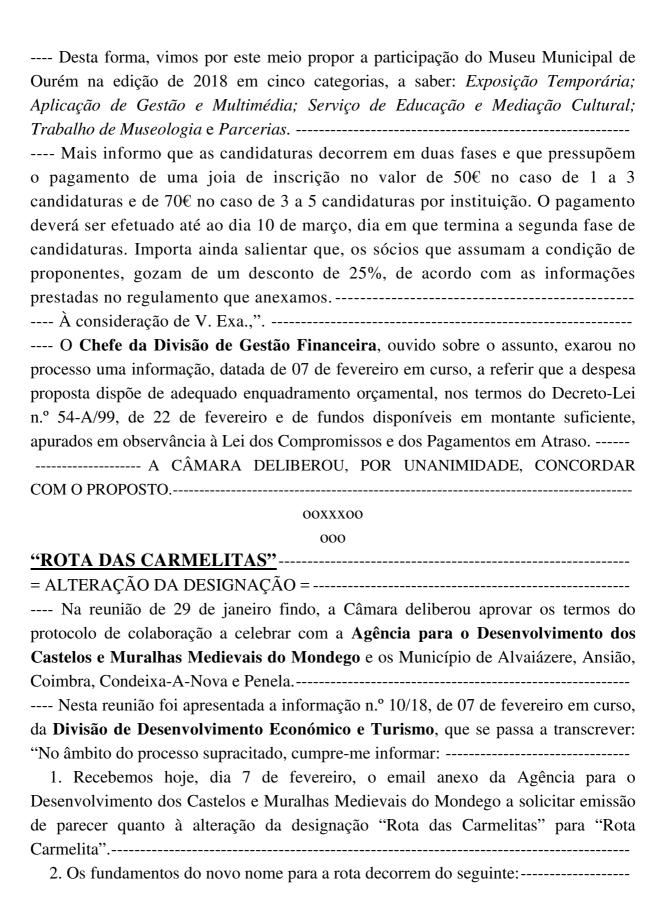




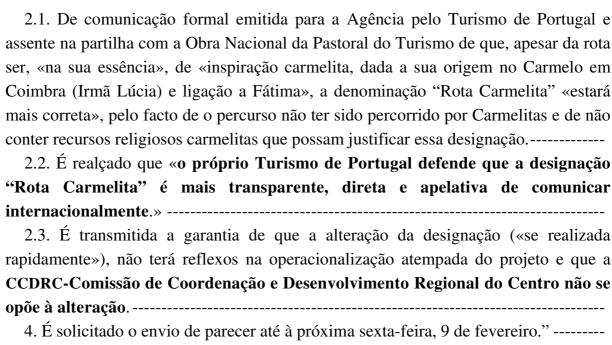




visibilidade ao que de melhor se faz no âmbito da museologia.-----







ooxxxoo

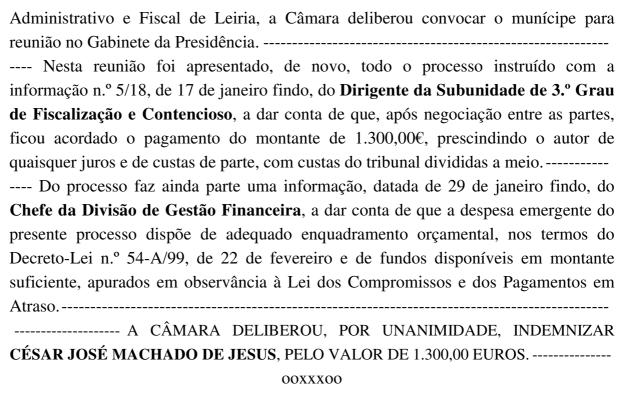
000

<u>ACIDENTE DE VIAÇÃO</u> ------

= PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO = -----

---- Na reunião de 18 de dezembro de 2017, na presença do processo registado sob o n.º 11.462/2014, de **César José Machado de Jesus**, residente na Rua da Cooperativa, n.º 95, da Freguesia de Fátima, deste Concelho, a solicitar o ressarcimento da importância de 1.375,00€, referente aos danos causados na viatura, sua propriedade, de matrícula 45-OS-45, marca Mercedes-Benz A, na sequência do acidente de viação ocorrido no dia 12 de junho de 2014, quando circulava na Estrada Principal de Ortiga, da dita freguesia, devido ao mau estado em que se encontrava o alcatrão da referida estrada e no seguimento de proposta de resolução, datada de 30 de novembro de 2017, da Sociedade de Advogados Lorena de Sèves & Associados, mandatária deste Município no processo judicial intentado pelo requerente junto do Tribunal

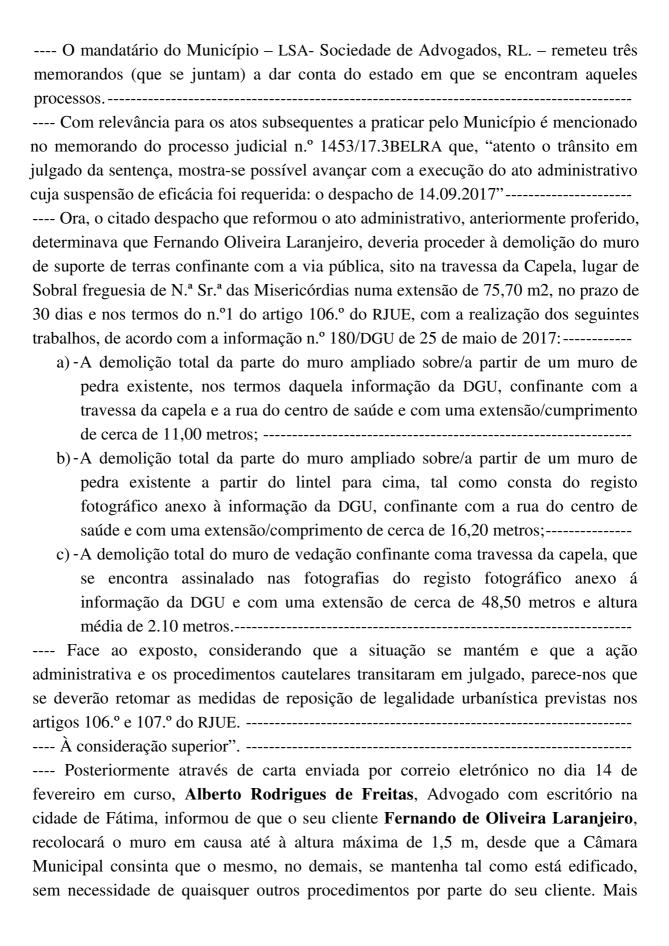




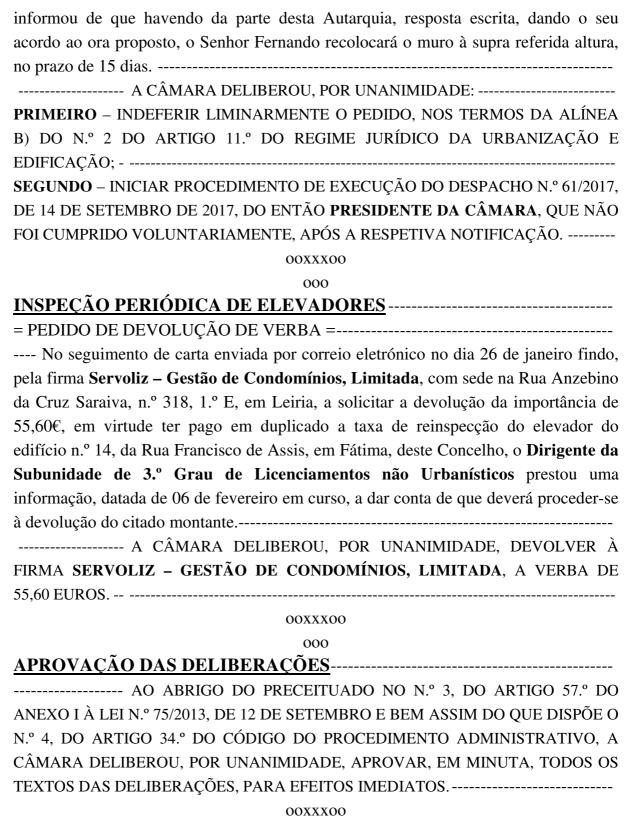
PROCESSOS JUDICIAIS DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE LEIRIA -----

= AUTOR: FERNANDO OLIVEIRA LARANJEIRO = -----

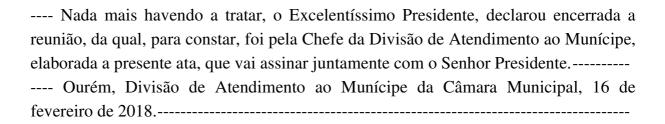












O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

A CHEFE DA DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE,



ORDEM DO DIA PARA A REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL MARCADA PARA 16/02/2018

= PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA" – ARTIGO 52.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO

1. PRESIDÊNCIA

1.1. COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE DA CÂMARA

- = Da aprovação dos projetos de licenças para construção, reedificação ou conservação sobre os quais despachou em conformidade com a delegação de competências, efetuada em reunião de 2017.10.30;
- = Da aprovação de licenças em processos com competência delegada ao abrigo do n.º 1, do artigo 34.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- = Pagamentos;
- = Aprovação de ata Reunião de Câmara de 05 de fevereiro de 2018.

2. DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE

2.1. EXPEDIENTE

= Ampliação do número de compartes ou constituição de compropriedade – Requerimento registado sob o n.º 31.031/2017, de Eduardo David, Solicitador, em representação de Maria de Jesus Pereira, sobre prédio sito em Seiça.

3. DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

- = Projeto "Educação de Excelência no Médio Tejo" Carta envida por correio eletrónico no dia 05 de dezembro de 2017, pela Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo;
- = Projeto "Afirmação Territorial no Médio Tejo" Carta enviada por correio eletrónico no dia 05 de dezembro de 2017, pela Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo;
- = Projeto "Modernização Administrativa no Médio Tejo" Carta enviada por correio eletrónico no dia 05 de dezembro de 2017, pela Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo;
- = Dinamização da Zona Industrial de Chã Caxarias Proposta de protocolo com a Freguesia de Urqueira Informação n.º 12/18, de 07 de fevereiro em curso, do Chefe da Divisão de Gestão Financeira (DGF);
- = Centro Desportivo de Fátima Proposta de contrato-programa Informação n.º 17/18, de 08 do corrente mês, do Chefe da DGF.

3.1. CONTRATAÇÃO PÚBLICA E APROVISIONAMENTO

- = Celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços em regime de ajuste direto Informação n.º 42/18, de 26 de janeiro findo, da Contratação Pública e Aprovisionamento (CPA);
- = P164/2017 Prestação de serviços de medicina no trabalho para os anos 2018 e 2019 Relatório final, datado de 31 de janeiro de 2018, do Júri do procedimento;
- = Conceção (de especialidades)/Construção do Centro Escolar de Ourém Libertação de garantia bancária Carta, datada de 18 de agosto de 2017, da firma Tecnourém Engenharia e Construções, S.A.;
- = P178/2017 Aquisição de serviços para contrato de manutenção simples dos equipamentos de elevação do Município, durante três anos Relatório final, datado de 01 de fevereiro em curso, do Júri do procedimento;



- = P018/2018 Fornecimento e montagem de pneumáticos e serviços complementares em regime de fornecimento continuo, por um período de 18 meses Informação n.º 57/18, de 05 de fevereiro corrente, da CPA:
- = P008/2018 Reabilitação do Cineteatro Municipal de Ourém Informação n.º 70/18, de 12 de fevereiro corrente, da CPA.

3.2. PATRIMÓNIO E NOTARIADO

= Alargamento do Largo Desembargador Joaquim António dos Reis – Vilar dos Prazeres – Nossa Senhora das Misericórdias – Aquisição de imóveis – Informação n.º 11/18, de 02 do corrente mês, do Chefe da Divisão de Gestão Financeira.

4. DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS

- = P028/2016 Reabilitação do Caminho Municipal Matas Espite 2.ª fase Regularização de trabalhos de suprimento de erros e omissões Informação n.º 107/18, de 02 do corrente mês, da Divisão de Obras Municipais (DOM), acompanhada da informação n.º 8/18, de 05 também do mês em curso, do Dirigente da Subunidade Orgânica de 3.º Grau de Fiscalização e Contencioso;
- = P070/2016 Requalificação Urbana da Avenida D. Nuno Álvares Pereira Nossa Senhora da Piedade Ourém Informação n.º 836/17, de 28 de dezembro de 2017, da DOM;
- = Suspensão do prazo de execução da obra:
 - 1. P048/2017 Reabilitação da rede viária do Concelho de Ourém Zona Norte Informação n.º 800/17, de 13 de dezembro de 2017, da DOM;
 - 2. P103/2017 Reabilitação da rede viária do Concelho de Ourém Zona Sul Informação n.º 83/18, de 25 do mês findo, da DOM;
- = Beneficiação do acesso à Capela de Sandoeira União das Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos Pedido de materiais Carta registada sob o n.º 1879/2018, da União das Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos.

5. DIVISÃO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

= Taxas de conservação das redes e sistema de saneamento, tarifa de tratamento de águas residuais, tarifa de recolha, transporte e tratamento de RSU's – Inexistência de sistema (Rede de esgotos domésticos) – Informação n.º 71/18, datada de 23 de janeiro findo, da Divisão de Ambiente e Sustentabilidade.

6. DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

= Loteamento urbano – Parecer prévio não vinculativo – Processo n.º 292/2017, da Freguesia de Fátima, acompanhado da informação n.º 30/2018/DGU/cm1050, da Divisão de Gestão Urbanística.

7. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E ASSUNTOS SOCIAIS

= Programa de generalização do fornecimento de refeições escolares aos alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico – Ano letivo 2016/2017 – Transferência de retroativos – Informação n.º 20/18, der 10 do mês findo, da Divisão de Educação e Assuntos Sociais.

8. DIVISÃO DE AÇÃO CULTURAL

- = Candidatura ao PEDIME (fase 1) Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar Prioridade de investimento 10.1 Anos letivos 2017/2018 e 2018/2019 Informação n.º 140/17, datada de 30 de outubro de 2017, da Chefe da Divião de Ação Cultural (DAC);
- = Associação Portuguesa de Museologia Proposta de participação na edição 2018 Informação n.º 22/18, de 16 de janeiro findo, da DAC.



9. DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E TURISMO

= "Rota das Carmelitas" – Alteração da designação – Informação n.º 10/18, de 07 de fevereiro em curso, da Divisão de Desenvolvimento Económico e Turismo.

10. SUBUNIDADE ORGÂNICA DE 3.º GRAU DE FISCALIZAÇÃO E CONTENCIOSO

- = Acidente de viação Pedido de indemnização Processo registado sob o n.º 11.462/2014, de César José Machado de Jesus, sobre acidente ocorrido Estrada Principal de Ortiga Freguesia de Fátima, no dia 12/06/2014, instruído com a informação n.º 5/18, de 17 de janeiro findo, do Dirigente da Subunidade Orgânica de 3.º Grau de Fiscalização e Contencioso;
- = Processos Judiciais do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria Autor: Fernando Oliveira Laranjeiro Informação n.º 7/18, de 31 do mês findo, do Dirigente da Subunidade Orgânica de 3.º Grau de Fiscalização e Contencioso.

11. SUBUNIDADE ORGÂNICA DE 3.º GRAU DE LICENCIAMENTOS NÃO URBANÍSTICOS

= Inspeção periódica de elevadores – Pedido de devolução de verba – Carta enviada por correio eletrónico no dia 26 do mês findo, pela firma Servoliz – Gestão de Condomínios, Limitada.

Câmara Municipal de Ourém, 12 de fevereiro de 2018

O Vice-Presidente da Câmara

Natálio de Oliveira Reis



DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

Processos deferidos por despacho dos Exmos. Presidente e Vereadores, 05-02-2018 a 15-02-2018

Processo nº	Requerente	Local		
89/2018	Alberto Félix Santos Oliveira	Estrada da Figueirinha, n.º 18 – Alqueidão – Freguesia de Nossa Senhora da Piedade		
61/2018	Always Curious-Unipessoal, Lda.	Rua Sampaio Rio, nº 63 – Pisões -Freguesia de Caxarias		
182/2018	André Lino Vieira da Cruz e Joana Silva Vieira	Pé da Ladeira – Moimento – Freguesia de Fátima		
24/2018	Augusto Frazão Moreira	Louçãs - Ourém - Freguesia de Nossa Senhora da Piedade		
1881/2017	Auto Reparadora Electro Fátima	Algar D`Agua nº 19- Cova da Iria - Freguesia de Fátima		
1120/2017	Clube desportivo Vilarense	Rua do Clube Desportivo Vilarense – Vilar dos Prazeres - Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias		
55/2018	Dinis dos Reis Alves	Estrada Nacional 356 – Mosqueiro - Freguesia de Seiça		
664/2017	Elisabete Cortês Henriques	Vilões – Ourém - Freguesia de Nossa Senhora da Piedade		
101/2017	Hotel Estrela da Fátima, Lda.	Rua Cónego Formigão, nº 40 - Cova da Iria - Freguesia de Fátima		
101/2018	Hotel Fátima Rural – Hotelaria e Turismo, Lda.	Estrada Coelho Prazeres, n.º 40 – Casal Farto – Freguesia de Fátima		
22/2018	Jular - Empreendimentos Urbanos S.A.	Avenida Beato Nuno - Rotunda Sul, n.º 2 – Cova da Iria - Freguesia de Fátima		
2187/2017	Leopoldina Anjos Jesus	Rua Nova, n.º 21 - Maxieira - Freguesia de Fátima		
100/2018	Luís Filipe Gonçalves Ferreira	Rua Principal, n.º 7 - Sorieira - Freguesia de Seiça		
2156/2017	Maria Celeste Pereira da Silva	Estrada Nacional nº349 – Lagoa do Furadouro - Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias		
2198/2017	MSSVA- Unipessoal, Lda.	Rua Vasco da Gama – Caxarias - Freguesia de Caxarias		
1488/2017	Nuno Ricardo da Fonseca Lino	Rua Álvaro Teles – Alburitel - Freguesia de Alburitel		



1606/2017	Sandrina de Oliveira Pereira	Travessa da Condessa, n.º 3 -
		Favacal – Freguesia de Nossa
		Senhora da Piedade

Ourém, 16 de fevereiro de 2018

A Assistente Técnica de Apoio Administrativo da DGU



DIREÇÃO INTERMÉDIA 3º GRAU DE LICENCIAMENTOS NÃO URBANÍSTICOS Processos deferidos por despacho do Ex.mo Presidente e/ou Vereador, de 05/02/2018 a 15/02/2018

Número Entrada	Requerente	Tipo de Licenciamento	
973	Rui Fonseca Rasteiro	Alteração Titularidade Publicidade	
4437	Associação Pais e Enc. Ed. Escolas de Freixianda	Licença Especial de Ruído	
2834	Sodicentro, Lda.	Ocupação da via pública	
4702	Trevomagnólia, Lda	Pagamento em prestações	
3217	Casa Diocesana do Clero	Pedido de inspeção periódica	
4258	Congregação Religiosas do Amor de Deus	Pedido de inspeção periódica	
4255	Congregação Religiosas do Amor de Deus	Pedido de inspeção periódica	
2826	Consolata – Loja de Artigos Religiosos,lda	Pedido de inspeção periódica	
5554	Maria Isabel Pereira Gomes	Pedido de inspeção periódica	

Ourém, 16 de fevereiro 2018 Jacinto Costa

(Dirigente de Direção Intermédia da Unidade 3.º Grau de Licenciamentos Não Urbanísticos, Despacho 32/2017, de 2017/abril/07)



APOIO AO INVESTIMENTO

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM E A FREGUESIA DE URQUEIRA — "DINAMIZAÇÃO DA ZONA INDUSTRIAL DA CHÃ — PROJETO DE LOTEAMENTO"

PREÂMBULO

Considerando que:

- 1. A Freguesia de Urqueira pretende promover um loteamento numa parcela de terrenos com 7,2 hectares confinantes com a Zona Industrial de Chá (Caxarias);
- 2. O loteamento a promover pretende criar condições para a localização de empresas, prevendo-se a criação de 10 lotes destinados a indústria/serviços, dois lotes de cedência destinados a equipamento de utilização coletiva e espaços verdes, bem como o desenvolvimento de infraestruturas adequadas ao espaço.
- 3. Os terrenos em referência são propriedade da Freguesia de Urqueira.
- 4. Os municípios dispõem de atribuições quer no domínio do equipamento rural e urbano, quer nos domínios do desenvolvimento e do ordenamento do território e urbanismo, de acordo com as alíneas a), m) e n) do n.º 2 do artigo 23.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.
- 5. As freguesias dispõem de competência próprias, seja no âmbito do equipamento rural e urbano, do desenvolvimento e do ordenamento urbano e rural, de acordo com as alíneas a), i e j) do n.º 2 do artigo 7.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.
- 6. As receitas próprias e as verbas provenientes do Orçamento de Estado, afetas às Freguesias, são manifestamente insuficientes para a prossecução das suas atribuições.
- 7. Os municípios devem promover a salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias.

Pelo exposto e nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é celebrado o presente protocolo entre



PRIMEIRO OUTORGANTE: Município de Ourém, pessoa coletiva de direito público com o NIPC 501 280 740, com sede em Ourém, na Praça D. Maria II, n.º 1, 2490-499 Ourém representado neste ato pelo Presidente da respectiva Câmara Municipal, Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho de Albuquerque;

е

SEGUNDO OUTORGANTE:

Freguesia de Urqueira, pessoa coletiva de direito público com o NIPC 507 023 048, com sede no Largo do Rossio nº 1 em Urqueira, representada neste ato pelo Presidente da respetiva Junta de Freguesia, Orlando Sérgio Palmeiro Calado Cavaco.

O qual se rege pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1.ª (Objecto)

Constitui objeto do presente Protocolo a atribuição de um apoio financeiro, o qual visa financiar os encargos decorrentes da elaboração de um projeto de loteamento referente a terrenos confinantes com a Zona Industrial de Chã (Caxarias).

CLÁUSULA 2.ª

(Apoio financeiro)

- O Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante um apoio financeiro até ao montante de 29.520,00€ (Vinte e Nove Mil, Quinhentos e Vinte Euros), de acordo com o plano de pagamentos previsto na cláusula seguinte.
- Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja superior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro atribuído pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao montante atribuído referido no número anterior.
- 3. Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja inferior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro a conceder pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao valor executado.



CLÁUSULA 3.ª

(Plano de pagamentos)

- 1. O apoio atribuído obedece ao seguinte plano de pagamentos:
 - a. 6.150,00 euros (Seis Mil, Cento e Cinquenta Euros), em março de 2018;
 - b. 6.150,00 euros (Seis Mil, Cento e Cinquenta Euros), em maio de 2018;
 - c. 6.150,00 euros (Seis Mil, Cento e Cinquenta Euros), em julho de 2018;
 - d. 6.150,00 euros (Seis Mil, Cento e Cinquenta Euros), em outubro de 2018;
 - e. 4.920.00 euros (Quatro Mil, Novecentos e Vinte Euros), em dezembro de 2018;
- 2. O pagamento da segunda e seguintes prestações está condicionado à apresentação de documentos de despesa e a comprovativo do pagamento de despesas em montante igual ou superior ao montante referente à prestação anterior.
- 3. Nos 30 dias subsequentes à ocorrência da última prestação, deverá o Segundo Outorgante efetuar a apresentação de documentos de despesa e respetivos comprovativos de pagamento em montante igual ou superior ao montante da respetiva prestação, facto que, caso não ocorra, implica a devolução do valor pago correspondente à última prestação.

1.	O pagamer	nto se	rá efetuado	por trar	nsfer	ência banc	:ária, ¡	para a conta ba	ancária da
	Freguesia	de	Urqueira,	com	0	número	de	identificação	bancária
						da	ϵ	entidade	bancária
, conforme declaração em Anexo - I, a qual									
faz parte integrante do presente contrato-programa.									

CLÁUSULA 4.ª

(Obrigações do Segundo Outorgante)

O Segundo Outorgante obriga-se ao seguinte:

- a) Cooperar com o Primeiro Outorgante no acompanhamento ao cumprimento do presente Protocolo;
- b) Aplicar e administrar corretamente a comparticipação financeira que lhe está a ser concedida tendo em conta o objeto do presente protocolo;
- c) Manter nas suas instalações um dossier devidamente organizado com todos os documentos suscetíveis de comprovar as informações e as declarações prestadas no âmbito deste protocolo, bem com os documentos comprovativos da realização das despesas, sob a forma de documentos originais ou cópias



autenticadas e disponibilizá-lo (diretamente ou através dos seus representantes legais) para consulta sempre que solicitado pelo Primeiro Outorgante, no âmbito do acompanhamento, controlo e auditoria das operações, devendo ser mantido durante cinco anos após o término do presente protocolo;

- d) Apresentar a situação regularizada perante a Segurança Social e a Direcção-Geral dos Impostos;
- e) Observar o cumprimento ao estabelecido no Código dos Contactos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro);
- f) Cumprir as normas técnicas, legais e regulamentares a que o Primeiro Outorgante está sujeito;
- g) Comunicar ao Primeiro Outorgante o início da realização dos trabalhos a executar.

CLÁUSULA 5.ª

(Direitos do Segundo Outorgante)

Constituem direitos do Segundo Outorgante:

- a) Receber atempadamente as transferências financeiras previstas no presente contrato.
- b) Solicitar ao Primeiro Outorgante apoio técnico no planeamento das intervenções a executar, conforme estabelece a cláusula seguinte.

CLÁUSULA 6.ª

(Apoio técnico)

O Primeiro Outorgante apoiará tecnicamente o Segundo Outorgante no âmbito do presente protocolo, através dos recursos humanos e meios disponíveis no Município, em estrita observância à racionalidade das necessidades demonstradas e sem prejuízo do normal funcionamento dos serviços municipais.

CLÁUSULA 7.ª

(Acompanhamento do objeto de apoio)

O desenvolvimento do projeto apoiado no presente protocolo deverá será objeto de acompanhamento por equipa definida pelo Primeiro Outorgante, à qual compete autenticar a conformidade dos documentos de despesa inerentes.



CLÁUSULA 8.ª

(Divulgação ao apoio financeiro concedido)

O Segundo Outorgante deverá proceder à publicitação, do montante total do investimento, bem como do montante comparticipado pelo Primeiro Outorgante.

CLÁUSULA 9.ª

(Obtenção cumulativa de outro financiamento público externo)

- 1. Caso o Segundo Outorgante obtenha outro financiamento externo público, diretamente consignado ao objeto de apoio estabelecido, designadamente o disposto na cláusula 1.ª deverá de imediato comunicar a referida ocorrência ao Primeiro Outorgante, especificando as componentes elegíveis e o montante obtido.
- 2. Na circunstância de se verificar o previsto no número anterior, o Primeiro Outorgante condicionará os apoios financeiros atribuídos no presente protocolo, até ao montante não comparticipado por outras entidades públicas, com o propósito de não se verificar um duplo financiamento público consignado ao objeto definido na cláusula 1.ª.

CLÁUSULA 10.ª

(Acompanhamento e controlo do contrato)

- 1. O Acompanhamento e Controlo do presente Protocolo de Comparticipação competem ao Primeiro Outorgante, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, verificar a sua boa execução.
- 2. O Segundo Outorgante compromete-se a facultar todos os elementos solicitados bem como fazer-se acompanhar aquando da visita prevista no número anterior.

CLÁUSULA 11.ª

(Revisão ao Protocolo)

O presente Protocolo pode ser objeto de revisão, por acordo das partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo Primeiro Outorgante devido a imposição legal ou ponderoso interesse público.



CLÁUSULA 12.ª

(Denúncia)

O Protocolo pode ser denunciado por ambas as partes, através de proposta fundamentada, sendo a denúncia obrigatoriamente comunicada à outra parte com uma antecedência mínima de 60 dias.

CLÁUSULA 13.ª

(Incumprimento, rescisão e sanções)

- 1. O incumprimento pelo Segundo Outorgante das condições estabelecidas no presente Protocolo constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do Primeiro Outorgante e implica a devolução dos montantes eventualmente já recebidos.
- 2. O incumprimento do presente Protocolo constitui um impedimento para que se verifique a atribuição de apoio qualquer apoio financeiro ao Segundo Outorgante, durante um período mínimo de três anos.

CLÁUSULA 14.ª

(Vigência do Protocolo de Colaboração)

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.ª, o período de vigência do presente Protocolo inicia-se com a sua celebração e decorre até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa ao apoio atribuído.

Aprovações:
Câmara Municipal:
Assembleia Municipal:
O presente Protocolo de Colaboração compreende folhas às quais se juntam
folhas respeitantes aos Anexos, que irão ser rubricadas pelos Outorgantes, à exceção da
folha _ , em virtude de conter as assinaturas dos mesmos.
Celebrado aos () dias do mês de de 2018, em dois exemplares de
igual teor e validade, destinando-se cada um deles aos seus Outorgantes.



Pelo Primeiro Outorgante,	Pelo Segundo Outorgante,		
Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque	Orlando Sérgio Palmeiro Calado Cavaco		



APOIO FINANCEIRO

CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM E O CENTRO DESPORTIVO DE FÁTIMA — "PROJETO DE EXECUÇÃO PARA MELHORIA DAS INFRAESTRUTURAS DESPORTIVAS SITAS NA RUA PADRE MARTINS PEREIRA, EM FÁTIMA

PREÂMBULO

Considerando que:

- 8. O Município de Ourém, através de contratos-programa, tem efetuado um esforço significativo no sentido de qualificar as instalações desportivas das associações que movimentam o maior número de pessoas, particularmente jovens;
- 9. Esse esforço, em paralelo com o investimento em instalações municipais, tem contribuído para o desenvolvimento de uma rede de instalações desportivas, distribuídas pelos principais núcleos urbanos, de forma a proporcionar à população as melhores condições para a prática do desporto, promovendo assim o desenvolvimento da saúde para todos, quer de forma competitiva, quer de forma lúdica:
- 10. Numa primeira fase, será primordial apoiar a elaboração do projeto para melhoria das infraestruturas desportivas sitas na rua Padre António Martins Pereira, n.º 34, em Fátima:
- 11. As infraestruturas referidas no ponto anterior são propriedade do Centro Desportivo de Fátima:
- 12. As receitas próprias da associação são insuficientes para a prossecução do investimento a executar, pelo que o presente contrato visa garantir á associação adequadas condições financeiras,
- 13. O Centro Desportivo de Fátima promove o desporto na área do território do Município de Ourém;
- 14. A prossecução do Interesse Público Municipal, igualmente concretizado por entidades legalmente constituídas e que visem a promoção do desporto, constitui um



inegável constitui um auxiliar inestimável na promoção do desenvolvimento sócio desportivo dos municípios;

15. Os municípios dispõem de atribuições nos domínios dos Tempos Livres e Desporto, de acordo com a alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo – I da Lei 75/2013.

Pelo exposto e nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é celebrado o presente protocolo entre

PRIMEIRO OUTORGANTE: Município de Ourém, pessoa coletiva de direito público com o NIPC 501 280 740, com sede em Ourém, na Praça D. Maria II, n.º 1, 2490–499 Ourém representado neste ato pelo Presidente da respetiva Câmara Municipal, Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque;

SEGUNDO OUTORGANTE: Centro Desportivo de Fátima, pessoa coletiva com o NIPC 501 199 500, com sede na Rua Pare António Martins Pereira, n.º 25, em Fátima, concelho de Ourém, representada neste ato por António Martins Pereira, na qualidade de Presidente da direção, com poderes para outorgar o ato.

O qual se rege pelas seguintes cláusulas, aprovadas em reunião de câmara celebrada em 16 de fevereiro de 2018:

CLÁUSULA 1.ª (Objeto)

Constitui objeto do presente Protocolo a atribuição de um apoio financeiro, o qual visa financiar os encargos decorrentes da elaboração de um projeto de execução, tendo em vista a melhoria das infraestruturas desportivas sitas na Rua Padre Martins Pereira, em Fátima, propriedade do Centro Desportivo de Fátima.

CLÁUSULA 2.ª

(Apoio financeiro)

4. O Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante um apoio financeiro até ao montante de 15.000,00€ (Quinze Mil Euros), de acordo com o plano de pagamentos previsto na cláusula seguinte.



- 5. O montante do apoio corresponde a 50% do valor total previsto realizar pela entidade no âmbito da despesa definida em objeto.
- 6. Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja superior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro atribuído pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao montante atribuído, referido no n.º 1 da presente cláusula.
- 7. Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja inferior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro a conceder pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao valor executado, tendo em observância que ficará indexado ao montante máximo de 50% da despesa realizada.

CLÁUSULA 3.ª

(Plano de pagamentos)

- 1. O apoio atribuído obedece ao seguinte plano de pagamentos:
 - a. 5.000 euros (Cinco Mil Euros, em março de 2018;
 - b. 5.000 euros (Cinco Mil Euros, em maio de 2018;
 - c. 5.000 euros (Cinco Mil Euros, em julho de 2018.
- O pagamento da segunda e seguintes prestações está condicionado à apresentação de documentos de despesa e a comprovativo do pagamento de despesas em montante igual ou superior ao montante referente à prestação anterior.
- 3. Nos 30 dias subsequentes à ocorrência da última prestação, deverá o Segundo Outorgante efetuar a apresentação de documentos de despesa e respetivos comprovativos de pagamento em montante igual ou superior ao montante da respetiva prestação, facto que, caso não ocorra, implica a devolução do valor pago correspondente à última prestação.
- 4. O pagamento será efetuado por transferência bancária, para a conta bancária do Centro Desportivo de Fátima, com o seguinte NIB (Numero de Identificação Bancária) 0035 0304 00013895 130 97, da entidade bancária Caixa Geral de Depósitos, conforme consta no Anexo I, que faz parte integrante do presente protocolo.

CLÁUSULA 4.ª

(Obrigações do Segundo Outorgante)

O Segundo Outorgante obriga-se ao seguinte:



- a) Cooperar com o Primeiro Outorgante no acompanhamento ao cumprimento do presente Protocolo;
- b) Aplicar e administrar corretamente a comparticipação financeira que lhe está a ser concedida tendo em conta o objeto do presente protocolo;
- c) Manter nas suas instalações um dossier devidamente organizado com todos os documentos suscetíveis de comprovar as informações e as declarações prestadas no âmbito deste protocolo, bem com os documentos comprovativos da realização das despesas, sob a forma de documentos originais ou cópias autenticadas e disponibilizá-lo (diretamente ou através dos seus representantes legais) para consulta sempre que solicitado pelo Primeiro Outorgante, no âmbito do acompanhamento, controlo e auditoria das operações, devendo ser mantido durante cinco anos após o término do presente protocolo;
- d) Apresentar a situação regularizada perante a Segurança Social e a Direcção-Geral dos Impostos;
- e) Observar o cumprimento ao estabelecido no Código dos Contratos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro);
- f) Cumprir as normas técnicas, legais e regulamentares a que o Primeiro Outorgante está sujeito;

CLÁUSULA 5.ª

(Direitos do Segundo Outorgante)

Constituem direitos do Segundo Outorgante:

- a) Receber atempadamente as transferências financeiras previstas no presente contrato.
- b) Solicitar ao Primeiro Outorgante apoio técnico no planeamento das intervenções a executar, conforme estabelece a cláusula seguinte.

CLÁUSULA 6.ª

(Apoio técnico)

O Primeiro Outorgante apoiará tecnicamente o Segundo Outorgante no âmbito do presente protocolo, através dos recursos humanos e meios disponíveis no Município, em estrita observância à racionalidade das necessidades demonstradas e sem prejuízo do normal funcionamento dos serviços municipais.



CLÁUSULA 7.ª

(Acompanhamento do objeto de apoio)

O desenvolvimento do projeto apoiado no presente protocolo será objeto de acompanhamento por equipa definida pelo Primeiro Outorgante, à qual compete autenticar a conformidade dos documentos de despesa inerentes.

CLÁUSULA 8.ª

(Divulgação ao apoio financeiro concedido)

O Segundo Outorgante deverá proceder à publicitação, do montante total da despesa a executar, bem como do montante comparticipado pelo Primeiro Outorgante.

CLÁUSULA 9.ª

(Obtenção cumulativa de outro financiamento público externo)

- 1. Caso o Segundo Outorgante obtenha outro financiamento externo público, diretamente consignado ao objeto de apoio estabelecido, designadamente o disposto na cláusula 1.ª deverá de imediato comunicar a referida ocorrência ao Primeiro Outorgante, especificando as componentes elegíveis e o montante obtido.
- 2. Na circunstância de se verificar o previsto no número anterior, o Primeiro Outorgante condicionará os apoios financeiros atribuídos no presente protocolo, até ao montante não comparticipado por outras entidades públicas, com o propósito de não se verificar um duplo financiamento público consignado ao objeto definido na cláusula 1.ª.

CLÁUSULA 10.ª

(Acompanhamento e controlo do Protocolo)

- 1. O Acompanhamento e Controlo do presente Protocolo de Comparticipação competem ao Primeiro Outorgante, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, verificar a sua boa execução.
- 2. O Segundo Outorgante compromete-se a facultar todos os elementos solicitados bem como fazer-se acompanhar aquando da visita prevista no número anterior.



CLÁUSULA 11.ª

(Revisão ao Protocolo)

O presente Protocolo pode ser objeto de revisão, por acordo das partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo Primeiro Outorgante devido a imposição legal ou ponderoso interesse público.

CLÁUSULA 12.ª

(Denúncia)

O Protocolo pode ser denunciado por ambas as partes, através de proposta fundamentada, sendo a denúncia obrigatoriamente comunicada à outra parte com uma antecedência mínima de 60 dias.

CLÁUSULA 13.ª

(Incumprimento, rescisão e sanções)

- O incumprimento pelo Segundo Outorgante das condições estabelecidas no presente Protocolo constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do Primeiro Outorgante e implica a devolução dos montantes eventualmente já recebidos.
- O incumprimento do presente Protocolo constitui um impedimento para que se verifique a atribuição de apoio qualquer apoio financeiro ao Segundo Outorgante, durante um período mínimo de três anos.

CLÁUSULA 14.ª

(Vigência do Protocolo de Colaboração)

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.ª, o período de vigência do presente Protocolo inicia-se com a sua celebração e decorre até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa ao apoio atribuído.

O presente Protocolo de Colaboração compreende <u>6</u> folhas às quais se junta <u>uma folha</u> respeitante ao Anexo I, que irão ser rubricadas pelos Outorgantes, à exceção da folha <u>6</u>, em virtude de conter as assinaturas dos mesmos.

Celebrado aos <u>dias do mês de</u> <u>de 2018</u>, em dois exemplares de igual teor e validade, destinando-se cada um deles aos seus Outorgantes.



Pelo Primeiro Outorgante,	Pelo Segundo Outorgante,			
Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque	António Martins Pereira			